

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Catadores de papel: trabalho análogo à escravidão
Vila Torres – Curitiba/PR

CAROLINA AMARAL MENEZES

**Catadores de papel: trabalho análogo à escravidão
Vila Torres – Curitiba/PR**

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de especialista em Questão
Social pela Perspectiva Interdisciplinar da
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Profº Msc. Rodrigo Rosi Mengarelli

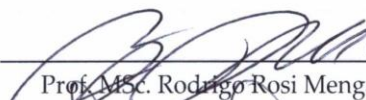
MATINHOS

2013

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **RODRIGO ROSI MENGARELLI**, realizaram em **06/12/2013** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **CAROLINA AMARAL MENEZES**, sob o título *"CATADORES DE PAPEL: TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO VILA TORRES - CURITIBA/PR."*, para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

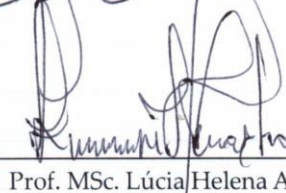
Matinhos, 06 de dezembro de 2013.



Prof. MSc. Rodrigo Rosi Mengarelli



Prof. MSc. Gabriela Schenato Bica



Prof. MSc. Lúcia Helena Alencastro



CAROLINA AMARAL MENEZES
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



“Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas” (Artigo IV da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

RESUMO

Artigo sobre as condições de trabalho as quais estão submetidos os catadores de papel (ou coletores de material reciclável) que moram na Vila Torres, na cidade de Curitiba/PR. Através de entrevistas, relatos dos catadores, observações participantes e um apanhado histórico, fundamentará as analogias feitas com o trabalho escravo e a atividade desenvolvida pelos catadores. Tratará ainda do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho na prevenção e abolição dessas práticas e as iniciativas que tramitam junto a Câmara Municipal de Curitiba com o intuito de valorizar e incluir socialmente esses trabalhadores.

Palavras chave: catadores de papel; trabalho análogo a escravidão;

Introdução

Tal como qualquer graduação ou curso de especialização, um convite foi feito: escrever um trabalho de conclusão sobre temas relevantes. No entanto, diferente do que se espera e até se verifica na maioria dos trabalhos, onde a tecnicidade e o caráter impessoal são imperativos dos textos, neste era necessário encontrar uma Questão Social que se enquadrasse em dois aspectos: algo com o qual nos identificássemos e que fosse instigante o suficiente pra provocar em nós movimento.

Não que o formalismo não seja visto nos trabalhos que serão apresentados, pois existem requisitos pré-estabelecidos e que devem ser mantidos, mas pesquisa por pesquisa, se perde com o tempo. Vem outro e redefine o que foi dito antes. Fora que Questões Sociais normalmente envolvem pessoas e, limitá-las a um objeto de estudo por um prazo curto de tempo, seria egoísta e improdutivo. Era necessário mais. Era necessário outro olhar sobre problemas antigos pra então, propor o novo. Não com o intuito dominador de estabelecer certos e errados, mas com o objetivo de que esse olhar seja ferramenta de mudança.

A questão social escolhida para ser tratada neste artigo, diz respeito às condições de trabalho às quais estão submetidos os catadores de papel (ou coletores de material reciclável) que moram na Vila Torres, na cidade de Curitiba/PR.

É comum vermos documentários de casos de sucesso envolvendo estes trabalhadores. Pessoas que movidas por um ideal comum, se reuniram em cooperativas e mudaram o cenário ao qual estavam submetidas. Este seria também o ideal para os catadores da Vila Torres, todavia, conforme veremos a seguir, existem ainda alguns aspectos que precisam ser trabalhados para fazer desta uma realidade possível.

Conforme citado anteriormente, para escrever este trabalho foi necessário certo nível de identificação. Por essa razão, não poderia ser outra a questão social escolhida. Peço licença à técnica para falar sobre alguns porquês.

Depois de quase três anos convivendo com pessoas tão especiais e que são enciclopédias vivas, pois trazem em sua vivência conhecimentos dos quais

livros não são capazes de ensinar, não haveria algo que pudesse me dar mais prazer em estudar.

Pra citar apenas um desses grandes ensinamentos:

“Quero ser catador de papel”, me respondeu um guri certa vez ao ser questionado sobre o que queria ser quando crescesse. Assustada, questionei o porquê e ele prontamente me respondeu: “quero ser igual ao meu pai”. Ou seja, aquilo que parecia num primeiro momento uma falta de perspectiva em verdade tratava-se de uma valorização do melhor de todos os ensinamentos, o exemplo.

É deslumbrante descobrir que os ditos invisíveis, fazem tanto com tão pouco. Num cenário em que praticamente não há perspectiva de mudança, encontrar solidariedade, cuidado e responsabilidade ambiental é algo impactante. Todavia, tais pessoas não tem a menor ideia do potencial que possuem e do papel social que já exercem. De tanto serem tratadas como invisíveis, se veem da mesma forma. Ou melhor, não se veem¹. Por essa mesma razão, não conseguem mobilizar-se para mudar a estrutura de dominação a qual estão submetidos.

Este recorte não pretende marginalizar ou vitimizar esses trabalhadores, mas fazer com que o leitor do artigo igualmente se identifique com o contexto e sob essa nova perspectiva siga com a leitura do restante do material.

Faremos certo apanhado histórico para fundamentar as analogias feitas nos contextos atuais, mas focaremos o momento presente.

Sem, é claro, qualquer pretensão de esgotar tão vasto assunto, abordaremos também o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho na prevenção e abolição de práticas consideradas análogas à escravidão e as iniciativas que tramitam junto a Câmara Municipal de Curitiba com o intuito de valorizar e incluir socialmente esses trabalhadores.

¹ “Ou melhor, não se veem”. Um adendo se faz necessário. O que se pretende dizer neste parágrafo é que essas pessoas, apesar do grande potencial que tem e de já serem atuantes em diversas frentes sociais e ambientais, não se veem como agentes de transformação. Não percebem o grande e positivo impacto que exercem.

1. Trabalho escravo e o trabalho análogo à escravidão

Antes de entrarmos propriamente no assunto objeto deste trabalho, fazem-se necessárias algumas definições.

A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. (PINSKY. 2000. p. 11).

Trata-se de um problema antigo na história da humanidade, mas nem por isso, e infelizmente, menos atual. Para Jaime Pinsky, atualmente essa herança escravista continua mediando às relações de trabalho ao estabelecer distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual ou mesmo reforçar o preconceito determinando habilidades específicas para negros, por exemplo.²

No Brasil, a escravidão começa juntamente com a chegada dos portugueses ao país. Inicialmente com a exploração do índio e depois com a exploração do negro. A legislação portuguesa da época legitimava o uso do trabalho escravo. Estes eram considerados ferramentas para a produção. Produção essa voltada para o mercado, pois a agricultura de subsistência era considerada desperdício.

Ano após ano as relações de trabalho foram se modificando, mas uma questão era sempre reforçada, a existência de senhores e escravos.

Somente em 1888, a escravidão foi abolida formalmente. Diz-se formalmente, pois apesar de livres, os escravos não conheciam outra forma de sobrevivência que não aquela sujeita ao seu senhor. Eles não possuíam bens ou reserva de caixa que os capacitasse a adquirir terras ou ferramentas para o trabalho. Dessa forma, era necessário continuar usando o único meio conhecido até então, qual seja, continuar trabalhando para os antigos senhores. A diferença agora dizia respeito ao recebimento do salário. Seria o primeiro momento na história após o início da era escravista em que o trabalhador receberia uma contraprestação pelo seu trabalho.

Não se engane aquele que pensa que isso significava o início de um processo emancipatório destes trabalhadores, pois isso não é verdade. Apesar

²PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil** – 17 ed. Revisada e ampliada – São Paulo: Contexto, 2000 – (Repensando a História).Pág7.

do recebimento do salário, o trabalhador permanecia dependente do seu senhor, pois nas fazendas haviam espécies de mercearias onde os trabalhadores adquiriam seus alimentos, fazendo com que o valor do salário voltasse para o empregador. Num primeiro momento também, a única moradia que o ex-escravo “possuía” era aquela fornecida pelo dono da fazenda. Ou seja, seja no que diz respeito à alimentação ou moradia, a relação entre trabalhadores e escravos não havia mudado. A realidade fática, como se costuma dizer no Direito, permanecia a mesma. De nada adianta atribuir novo nome a situações antigas, pois apenas se está reclassificando e não alterando a essência do problema.

Atualmente, apesar da promulgação da Lei Áurea, e de tantos outros instrumentos legais, a fim de acabar com este tipo de prática, ainda é possível identificar espécies de trabalho que poderiam ser classificados como escravidão contemporânea³. Isso é o que a Justiça do Trabalho define como “trabalhos em condições análogas a escravidão”, quando a liberdade do trabalhador é restrita ou quando não são respeitados direitos mínimos para resguardar a dignidade do trabalhador.⁴

“É quando a gente não se sente como humano”. (Depoimento de trabalhador resgatado – Fonte: OIT)⁵

Uma questão extremamente grave é a ignorância sobre o tema. Boa parte das pessoas acredita piamente que este é um problema ultrapassado. Acreditam que todos os trabalhadores estão assistidos pela atual legislação. No que diz respeito aos catadores de papel, por sua vez, acreditam que se tratam de pessoas que estão numa condição precária por escolha própria ou mesmo que todos estão inseridos em cooperativas e tem uma vida dita digna. Isso tudo sem citar, os que veem essas pessoas como incômodo, vez que

³ MPT. **Cartilha do Trabalho Escravo**. Disponível em: http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a/Cartilha+Alterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a . Pág. 4. Acessada em 21.11.2013

⁴ BRITO Filho apud Camargo de Melo. MPT. **Cartilha do Trabalho Escravo**. Disponível em: http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a/Cartilha+Alterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a . Pág. 5. Acessada em 21.11.2013

⁵ MPT. **Cartilha do Trabalho Escravo**. Disponível em: http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a/Cartilha+Alterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a . Pág. 5. Acessada em 21.11.2013

atrapalham o trânsito, e outros ainda que não percebem o importante papel socioambiental que estes trabalhadores exercem.

A CONAETE, Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, formada por diversas instituições governamentais, internacionais e da sociedade civil que lidam com a temática, dentre as quais o MPT e a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), estabelece algumas orientações que devem ser seguidas por todos os estados brasileiros. Para citar uma das mais importantes e que está diretamente ligada ao assunto abordado neste artigo, é a Orientação nº 4:

*“Condições degradantes de trabalho são as que configuram desprezo a dignidade da pessoa humana, pelo descumprimento dos direitos fundamentais do trabalhador, em especial referentes a higiene, saúde, segurança, moradia, repouso, alimentação ou outros relacionados a direitos da personalidade, decorrentes de situação de sujeição que, por qualquer razão, torne irrelevante a vontade do trabalhador”.*⁶

Apesar de não haver uma classificação formal específica direcionada aos catadores, no que diz respeito à Vila Torres, acredita-se que estes estão inseridos neste conceito de “Trabalho análogo a Escravidão” pelos seguintes motivos:

- Boa parte dos catadores de papel não é dona do seu próprio carrinho. Dessa forma, antes mesmo de se preocuparem com os custos de vida normal, os catadores precisam retirar o valor do aluguel do carrinho e pagar a quem “de direito”. Outros ainda, conforme informação repassada pelo IPCC, deixam seus filhos como “garantia” de que trarão o carrinho cheio. Nesta condição, diversas crianças ficam sujeitas aos mais diversos abusos;
- Já existe um “acordo” que estabelece quais catadores entregam em qual barracão. Não há uma liberdade para que o catador venda o papel coletado para o barracão que lhe oferecer o melhor preço, por exemplo. Não há livre comércio;
- Alguns desses catadores moram dentro do barracão, frise-se em meio ao lixo, ou mesmo moram em pequenas casas ao redor, mas que são de

⁶MPT. **Relatório de Atividades da CONAETE – Exercício 2009**. Disponível em: <http://mpt.gov.br/portalttransparencia/download.php?tabela=PDF&IDDOCUMENTO=643>Acessada em 23.11.13

propriedade do dono do barracão. Em ambas as situações, os catadores pagam uma taxa de aluguel;

- Não há uma cultura de organização comunitária. Muitos deles não se consideram capazes de viver qualquer cenário diferente do atual.
- A baixa escolaridade é outra característica marcante entre esses trabalhadores. Boa parte deles abandonou os bancos das escolas muito antes de concluir o ensino fundamental e outros nem se quer chegaram a frequentar a escola, trabalham “desde sempre”, dizem;
- Não há no meio deles um líder que pudesse encabeçar um movimento como este, e acredita-se (baseado no depoimento de representantes de projetos sociais dentro da comunidade) que se alguém se levantasse nesse sentido, rapidamente os donos dos barracões acionariam o poder paralelo que comanda a região (tráfico) para derrubar esse líder.

Não é de hoje que se sabe que não apenas nessa situação, mas em qualquer outra em que hajam dominadores e dominados, não é interessante que os dominados conheçam seu real potencial. Existe muita coisa em jogo para permitir que estes se levantem de forma organizada. Isso infelizmente faz com que os próprios catadores sejam invisíveis aos seus próprios olhos.

Desta forma, podemos verificar que nessa relação de trabalho existem diversos elementos que configuram a chamada escravidão por dívida, pois os catadores dependem dos donos dos barracões para todas as atividades e questões práticas do seu dia a dia, tal como no período pós-libertação dos escravos, como exposto anteriormente.

2. Evolução da legislação no combate ao trabalho escravo

No período entre a Abolição da Escravatura e a Consolidação das Leis do Trabalho, citam-se, entre outras, várias leis e decretos que foram promulgados para garantir direitos aos trabalhadores: Decreto n. 439, de 31.05.1890 – estabelecendo as bases para a organização da assistência à infância desvalida; Decreto n. 843, de 11.10. 1890 – concedendo vantagens aos Bancos dos Operários; Decreto n. 1313, de 17.01.91 – regulamentando o trabalho do menor, este infelizmente jamais entrou em vigor; Decreto n. 221, de 26.02.1890 – que concedeu férias de 15 dias aos ferroviários da Estrada de

Ferro da Central do Brasil e em seguida de aposentadoria para todos os ferroviários.

Apesar de em princípio garantir vantagens para categorias restritas, não se pode negar que tais avanços mais tarde propiciaram conquistas usufruídas pelos empregados formais atualmente.

Ainda com relação ao período anterior a CLT, podemos citar o Decreto Legislativo n. 1637, de 5.1.1907 que facultava a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Surge dessa forma a primeira noção de organização por classes entre os empregados. Em 27.12.1911, a Lei n. 1299-A institui o patronato agrícola, visando resolver conflitos entre operários agricultores e seus patronos.⁷

Conforme orienta Mauricio Godinho Delgado, o Estado largamente intervencionista estende sua atuação também a área chamada questão social. Nesta área implementa um vasto e profundo conjunto de ações diversificadas, mas nitidamente combinadas. De um lado através de rigorosa repressão sobre quaisquer manifestações autonomistas do movimento operário, e do outro lado através de minuciosa legislação instaurando um novo e abrangente modelo de organização do sistema *justralista*, estreitamente controlado pelo Estado.⁸

Na Constituição Federal Brasileira de 1934, já havia a previsão legal sobre a responsabilidade da lei em determinar e resguardar as condições adequadas de trabalho:

Art. 121 – A lei promoverá o amparo da produção e **estabelecerá as condições do trabalho**, na cidade e nos campos, tendo em vista a **proteção social do trabalhador** e os interesses econômicos do País. (grifo nosso).⁹

Outro marco importante é a Consolidação das Leis do Trabalho, publicada em 1943 (Decreto Lei n. 5.452, de 01.05.1943), onde foram reunidas, em um único diploma normativo¹⁰, todas as leis trabalhistas, ampliando inclusive suas disposições.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, é sem dúvida até hoje um dos principais marcos desta história. Com a intenção de

⁷DELGADO. Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ed. São Paulo. Ltr, 2008, p. 108 - 109.

⁸Ibid., p. 110

⁹ALMEIDA. André Luiz Paes de. **Direito do trabalho: material, processual e legislação especial** – 4 ed. São Paulo: Rideel – (Coleção de direito Rideel). Pág.24

¹⁰DELGADO, 2008, p.112

democratizar o sistema trabalhista, a Constituinte conseguiu garantir normas mais favoráveis ao trabalhador. Desde os princípios fundamentais (capítulo próprio da Constituição), o legislador já se refere a valores sociais do trabalho.

Entre os avanços garantidos, são exemplos: igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, *caput*); aumento significativo do rol de direitos dos empregados domésticos (parágrafo único, art. 7º); ampliação da licença para as gestantes para 120 dias (art. 7º, XVIII), garantindo a estabilidade de cinco meses após o nascimento (art. 10, II, “b”, ADCT); ampliação para cinco dias de interrupção do contrato de trabalho do pai, no período de nascimento do filho (art. 7º, XIX e art. 10, §1º, ADCT, combinado com art. 473, III, CLT); aviso prévio de oito dias (art. 487, I, CLT) passou para trinta dias (art. 7º, XXI); entre outros.

É evidente que, passados alguns anos desde sua promulgação, a Constituição, assim como as demais legislações que envolvem o direito do trabalho, está em grande parte ultrapassada. Para muitos doutrinadores seria necessária uma reforma completa no modelo atual para se garantir uma efetiva relação entre teoria e prática. Conforme Amauri Mascaro Nascimento, “o ordenamento jurídico brasileiro terá que rever seus padrões e refazer suas bases. Combinando a função tutelar do Direito do Trabalho com a função ordenadora dos interesses sociais.”¹¹

Reformar totalmente poderia significar deixar de lado todo o caminho percorrido até aqui e que sem dúvida tem seu valor. O correto seria fazer uma análise aprofundada dos aspectos que de fato prejudicam as relações de trabalho e a partir desta análise promover mudanças. Do contrário corre-se o risco de privilegiar uma ou outra categoria, deixando grande massa de trabalhadores a mercê de dificuldades antigas.

É inegável o avanço legislativo com o objetivo de proteger o trabalhador, todavia, conforme dito anteriormente, essa proteção só envolve determinada camada da classe produtiva deste país.

Todos os dias milhares de novos ofícios são criados. O ser humano tem admirável capacidade de se reinventar diante da necessidade. Perfeito seria se a legislação caminhasse com a mesma velocidade com que as

¹¹ NASCIMENTO. Amauri Mascaro. Tendências de flexibilização das normas regulamentadoras das relações de trabalho no Brasil. In Revista Ltr, São Paulo, Ltr, n. 59, 1995, p. 1023.

necessidades sociais se apresentam, mas até pela burocracia exigida, isso se torna impossível.

Anos atrás, quem diria que seria possível obter renda a partir do lixo? Quem seria capaz de afirmar que além da destinação daquilo que de fato é descartável para locais adequados como os aterros, seria possível encontrar materiais recicláveis em meio aos demais e a partir disso não apenas preservar o meio ambiente, mas garantir o sustento de diversas famílias?

Trabalhadores informais, como o próprio nome já diz, por estarem à margem da norma, não conseguem ser enxergados pela lupa legislativa.

Em 2002, foi promulgada a Lei n. 10.608, que altera a Lei n. 7.988/90, visando assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado em condição análoga à de escravo.

"Art. 2º-C. O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do *caput* deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no *caput* deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela".(NR)

Saindo um pouco do leque de leis próprias do Direito do Trabalho, temos no Código Penal Brasileiro a tipificação do crime de "Redução à condição análoga à de escravo":

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Focando na questão apresentada neste artigo, qual seja a dos catadores de papel, outra Lei importante e que está em vigor é a 12.305/2010, que institui

a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Listamos abaixo alguns dos artigos que falam especificamente sobre os catadores de material reciclável:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

Sobre essa recente descoberta e valorização do trabalho dos catadores de papel, falaremos no item seguinte.

3. Valorização do catador de papel

“O trabalho destas pessoas é fundamental. Estudos apontam que cerca de 90% do material reciclável é coletado por eles. É uma atividade que sustenta muitas famílias e requer mais atenção do poder público”, relatou o vereador Pedro Paulo.

“(...) “verdadeiros agentes ambientais”, que evitam que o lixo reciclável vá para aterros sanitários. “Eles devem ser bem atendidos e apoiados pelo poder público” – vereadora Julieta Reis.¹²

Em Curitiba, no estado do Paraná, são incontáveis as reuniões, fóruns, projetos encabeçados pelo governo e tantos outros por entidades do chamado Terceiro Setor, que tem voltado seu olhar para os catadores de papel. Isso se deve provavelmente ao crescimento da preocupação com o meio ambiente. É

¹²CMC. **Defendida a importância dos catadores de recicláveis.** Notícias do Legislativo. 10.06.13. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=20709. Acessado em: 21.11.13

interessante pensar que esses trabalhadores foram atingidos indiretamente através dos movimentos ambientais.

Segundo o IBOPE, em reportagem veiculada no jornal O Estado de São Paulo, o meio ambiente é preocupação para 94% dos brasileiros entrevistados.¹³ Então, enquanto agentes ambientais, como dito pela vereadora Julieta Reis, merecem um olhar diferenciado. Deixando de lado as razões apontadas como justificativa para a “descoberta” desses trabalhadores e seu importante papel social, foquemos no que de fato importa: os direitos a eles destinados.

Todos os trabalhadores têm direito de exercer seu ofício de forma segura, em ambientes salubres e ter uma remuneração justa e adequada a atividade desenvolvida.

Os catadores de material reciclável da Vila Torres, fazem a seguinte jornada:

- Saem de casa com roteiro pré-estabelecido, em geral tem estabelecimentos comerciais com os quais já fizeram um acordo para retirar o material reciclado em determinado horário. É fato que existem aqueles que por terem menos tempo na profissão, saem sem um itinerário e ficam a mercê da sorte de passar por lugares que já não estejam englobados nos roteiros dos catadores mais antigos;
- Apesar de alguns comentarem que o caminhar a frente do carrinho é excelente, pois “garante um exercício físico diário”, o formato do carrinho, sua estrutura e capacidade de armazenagem não são adequadas. Alguns deles chegam a carregar em um único dia 400 quilos de papel;
- Caminham por entre os carros e são hostilizados pelos motoristas ou por pedestre com os quais cruzam nas calçadas por onde param;
- Coletam os materiais sem qualquer proteção nas mãos e é de conhecimento geral que apesar das crescentes campanhas para a correta separação e armazenamento do lixo são raras as

¹³ **Jornal O Estado de São Paulo. Planeta Estadão.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,meio-ambiente-e-preocupacao-para-94-dos-brasileiros-entrevistados-pelo-ibope-,868445,0.htm>. Acessada em: 24.11.13

peessoas que entendem o processo e se preocupam em separar o lixo corretamente. Dessa forma estão sujeitos a ferirem-se a qualquer momento. Não é raro inclusive ver alguns deles mexendo em restos de comida com as próprias mãos a fim de encontrar material reciclável ou mesmo alimento para aquele dia de trabalho;

- Boa parte deles leva os filhos dentro dos carrinhos expondo-os a inúmeros riscos. Mas como julgá-los? Não encontram vagas nas escolas e creches próximas as suas residências que sejam suficientes para a demanda dos catadores, ou mesmo que trabalhem em horário compatível com o realizado por eles. Se deixam seus filhos em casa, igualmente correm o risco de perderem a guarda destes em virtude da possível configuração de abandono de incapaz;
- Após a coleta de material, voltam para suas casas ou para o barracão de reciclagem onde irão “enfardar” (separar os materiais por tamanho e amarrá-los de forma a facilitar a pesagem no barracão depois). Há um horário para entregar os materiais no barracão. Isso significa dizer que normalmente o catador de papel recolhe o material num dia, separa no mesmo dia em casa e só entrega no barracão no dia seguinte.
- Ao entregar o material para pesagem, faz-se a conferência deste e para cada quilo de papel, por exemplo, é pago o total de R\$ 0,20 (vinte centavos). Se usarmos o exemplo do catador que em um dia de trabalho recolheu 400 quilos de papel (considerando que todo o peso levado no carrinho estivesse em condições de ser reciclado), ao final do dia, aquele trabalhador teria um total de R\$ 80,00 (oitenta reais). Trabalhando 22 dias em média por mês, receberia R\$ 1.760 (mil setecentos e sessenta reais). Isso é claro se todos os dias ele carregasse os tais 400 quilos de papel. Deste valor fictício, ainda precisaria ser descontado: o aluguel do carrinho, pois conforme exposto antes a maior parte deles não é dona do carrinho utilizado para o trabalho; o aluguel da moradia que por vezes é o próprio barracão; além de custos com alimentação e saúde.

- Por fim, depois de uma jornada exaustiva, voltam para os seus lares onde não há qualquer sinal de saneamento básico ou conforto.

Trata-se de um ciclo sem fim e a princípio sem perspectiva de mudança, pois em si mesmos não vislumbram capacidades. Naqueles facilitadores do processo de integração social tais como o CRAS e o FAS, entre outros, eles não confiam. Não porque necessariamente tenham sofrido algum tipo de exclusão por parte desses órgãos ou que conheçam a plenitude dos serviços ofertados por eles. A impressão que eles passam é que procurar tais entidades significaria expor uma realidade que muitas vezes não condiz com o esperado. Como exemplo, podemos citar famílias que possuem usuários de drogas e que fazem uso dessas substâncias dentro de casa. Em uma única visita, os assistentes sociais, com razão, encontrariam pelo menos três situações nas quais precisariam intervir. E sem dúvida essa intervenção é necessária. No entanto, para não expor a família, ainda que isso signifique ficar sem outros direitos sociais resguardados, não procuram esses órgãos.

3.1 Cooperativas

O município de Curitiba tem vários projetos voltados para os catadores de material reciclável, bem como vários projetos de lei voltados para essa categoria. Alguns deles são:

- EcoCidadão: programa da prefeitura coordenado por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e o IPCC:
Criado em 2007, o programa EcoCidadão oferece aos catadores espaço adequado para manuseio e comercialização dos recicláveis. Com a assinatura do convênio, hoje o IPCC atua diretamente em 16 parques de recicláveis, fornecendo assessoria jurídica (abertura de conta corrente e CNPJ), alocando técnicos para orientar os associados e realizando o pagamento de despesas de custeio¹⁴.

¹⁴CMC. **Catadores deixam informalidade**. Notícias do Legislativo. 13.08.13. Disponível em: <http://www.ipcc.org.br/noticia.aspx?id=1634#.Uo49SydhLfM>. Acessado em: 21.11.13

O projeto, aliado a um levantamento feito pelo FAS sobre regiões onde há maior vulnerabilidade social, procura por grupos de catadores organizados e implanta o programa.

Segundo relato do Senhor Juarez Sandeski, funcionário do IPCC, há 4 anos havia uma cooperativa apoiada pelo EcoCidadão que ficava próxima a Vila Torres. A Catamare, como era chamada, ficava num prédio alugado, próximo ao IAP. Todavia o projeto foi desativado e teve que ser transferido para o Hauer. Falaremos mais sobre isso posteriormente.

- Projeto de Lei n. 005.00298.2013 – Cria o Programa de Coleta Seletiva com Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis – PRÓ-CATADOR – e o Sistema de Logística Reversa e seu Conselho Gestor e dá outras providências.¹⁵

Todavia, conforme exposto pela vereadora Profª Josete, existem problemas em algumas dessas iniciativas porque os catadores não foram consultados em nenhum momento. No caso do EcoCidadão, por exemplo, os catadores de papel recebem um carrinho elétrico, mas não foi prevista a estrutura necessária para utilização destes equipamentos. “Conforme relatos dos trabalhadores, não há local adequado nos barracões para guardar estes carrinhos e faltam tomadas para carregar as baterias”, relatou.¹⁶

Parece óbvio que para propor soluções para uma determinada categoria é necessário falar com quem entenda do problema, ou seja, os próprios catadores, mas infelizmente na prática o que se vê são trabalhos no “piloto automático” onde o objetivo principal é propor algo novo pra “mostrar serviço”. Sem dúvida existem muitos outros projetos descentes, por assim dizer, e passíveis de aplicação efetiva.

3.2 Outras informações interessantes:

3.2.1 Pimp My Carroça:

¹⁵CMC. **Sistema de Proposições Legislativas**. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoConsultaResultadoForm.do?pesquisa=catadores>. Acessado em 21.11.13

¹⁶CMC. **Defendida a importância dos catadores de recicláveis**. Notícias do Legislativo. 10.06.13. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=20709. Acessado em: 21.11.13

No dia 2 de novembro do presente ano foi realizada a entrega do projeto “Pimp My Carroça”¹⁷. O projeto é lindo e tem por objetivo fazer com que os catadores sejam vistos por onde passam. Os carrinhos são reformados, ganham desenhos, frases de impacto e itens de segurança. Os “carrinheiros” ganham cuidados para a saúde deles, de seus filhos e seus animais de estimação. No entanto, um dos requisitos para poder se inscrever no projeto, era ser dono do seu carrinho. O objetivo dos idealizadores era cadastrar e reformar no mínimo 50 carrinhos. Foi possível apenas a reforma de 29.

Em parceria com os organizadores do Pimp, o projeto Sopão¹⁸, voltado para atender catadores de papel e moradores de rua da cidade de Curitiba, ajudou no cadastro destes catadores a partir daqueles que frequentam o projeto todas as sextas. Até então não havia sido feito qualquer levantamento nesse sentido no projeto. Para surpresa geral, nem metade dos catadores era dona do seu próprio carrinho.

3.2.2 Custo do carrinho:

Um carrinho de metal custa em média R\$ 300,00 (trezentos reais). Parece pouco, mas tendo em vista o contexto exposto anteriormente, pensar em gastar um valor tão alto na aquisição do carrinho é praticamente impossível.

3.2.3 Dados oficiais:

Segundo o IPCC, não existem dados oficiais, ou seja, pesquisas feitas pela prefeitura ou outros órgãos competentes, voltados para os catadores de papel da Vila Torres. Não souberam informar quantos catadores existem na região, nem tão pouco se estão organizados em cooperativa informais, grau de escolaridade, etc.

4. Vila Torres

¹⁷ Projeto criado pela iniciativa sócio- cultural Parede Viva, que utiliza a arte como instrumento de conscientização, engajamento e transformação social. Mais informações sobre o PimpMy Carroça em: <https://www.facebook.com/pimpcuritiba>

¹⁸ Mais informações sobre o Sopão em: <https://www.facebook.com/sopaocuritiba?fref=ts>

Em entrevista, por telefone, com o Senhor Juarez Sandeski, conforme citado anteriormente, foi possível validar as informações repassadas pelos catadores de papel que frequentam o Sopão, das sextas-feiras.

Apesar da transferência da Catamare ter sido motivada por uma questão administrativa, qual seja a devolução do imóvel ao seu dono, Juarez acredita que dificilmente o projeto se consolidaria na Vila Torres, pois os trabalhadores dessa região são muito dependentes dos atuais barracões.

Segundo ele, trata-se de uma região onde as pessoas não estão acostumadas a trabalhar em cooperativa. Estão acostumadas a receber, ainda que valores pequenos, no ato da entrega do material. Dessa forma, dependem de remuneração diária para manter-se. “Normalmente querem receber hoje para pagar o que comeram ontem”, relatou ele. Todavia, por não haver fluxo de caixa que viabilize tal condição dentro da cooperativa, boa parte não se interessa pelo projeto.

Outro fator relevante é que não existem imóveis disponíveis para aluguel na região que estejam dentro das condições, requeridas pela prefeitura e órgãos do meio ambiente, para armazenagem do lixo e separação correta dos itens recicláveis.

“Mas a gente não desistiu de tentar fazer algo ali” - disse esperançoso – “ainda não sabemos como, mas precisamos viabilizar isso. É difícil pra mim, que trabalhei por tantos anos ali ver meus meninos nessas condições. Eles são praticamente escravos”.

Conclusão

Se tudo isso é sabido, por que ainda encontramos cenários como o da Vila Torres?

A resposta pode estar em vários fatores, mas sem dúvida um deles é o jogo de interesses. Existem muitas pessoas beneficiadas com a marginalização destes trabalhadores, pois a mão de obra continua barata, o serviço continua sendo feito e o lucro é obtido sem qualquer problema.

Outro viés que poderíamos citar é que além da legislação não acompanhar a evolução da sociedade, o Estado falido, no sentido de que não funciona para aquilo que foi instituído e não no sentido financeiro, fecha os olhos para as regiões que não estão em evidência.

Outra questão diz respeito à passividade da população. Infelizmente o pensamento predominante é que se não atinge aquela pessoa diretamente, ela não pode, nem quer se envolver. O que em verdade representa um enorme engano, pois a questão dos catadores é problema de todos. Se estes trabalhadores ficassem apenas um dia sem trabalhar, não seria possível caminhar pelas ruas de Curitiba, pois a empresa legitimada para recolher o lixo não daria conta de retirar das ruas tudo o que estes profissionais recolhem diariamente.

Como dito antes, o preconceito velado e a falta de informação respaldam e reafirmam situações como a desses catadores. Ninguém sabe, ninguém viu, então não existe.

A verdade é que os catadores de materiais recicláveis estão sujeitos a diversas questões sociais. Seria possível construir diversas teses sobre as condições de vida, emprego, moradia, etc, a partir das experiências dessas pessoas.

A solução seria dar voz a estes trabalhadores. Voz que eles não sabem que tem. Não falo aqui dos que já participam ativamente de fóruns, audiências públicas, entre outros, eles são precursores de um movimento que precisa ser feito. Falo, de pessoas que não conhecem o valor do trabalho que desenvolvem e da vida que possuem.

Para ser capaz de dar “Voz”, é preciso ser um pouco “Ouvido”. Gastar tempo. Ouvir é um sinal de valorização. É o começo de um processo emancipatório.

É preciso contar-lhes o que já é possível ser feito e brigar em todas as instâncias existentes para fazer com que a lei seja efetiva e alcance estes trabalhadores.

É fundamental compreender que somos todos parte de um todo que precisa ser cuidado, valorizado e humanizado, pois quando cuido do outro e de bens comuns (tal como o meio ambiente e a dignidade humana), cuido um pouco de mim.

Concluo esse estudo com a convicção de que há muito a ser feito, mas com a certeza de que o traçado do caminho já existe, basta caminhar.

“É caminhando que se faz o caminho” - Fernando Pessoa

Referências bibliográficas

MPT. Cartilha do Trabalho Escravo. Disponível em:
http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a/Cartilha+Alterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a .

Acessada em 21.11.2013

BRITO Filho apud Camargo de Melo. MPT. Cartilha do Trabalho Escravo. Disponível em:
http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a/Cartilha+Alterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9a0cf38047af3bb1bd98bfd0854ab81a .

Acessada em 21.11.2013

MPT. Relatório de Atividades da CONAETE – Exercício 2009. Disponível em:
<http://mpt.gov.br/portaltransparencia/download.php?tabela=PDF&IDDOCUMENTO=643> Acessada em 23.11.13.

ALMEIDA. André Luiz Paes de. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial – 4 ed. São Paulo: Rideel – (Coleção de direito Rideel), 2008.

PINSKY. Jaime. Escravidão no Brasil – 17 ed. Revisada e ampliada – São Paulo: Contexto, 2000 – (Repensando a História).

DELGADO. Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 7 ed. São Paulo. Ltr, 2008.

NASCIMENTO. Amauri Mascaro. Tendências de flexibilização das normas regulamentadoras das relações de trabalho no Brasil. In Revista Ltr, São Paulo, Ltr, n. 59, 1995, p. 1023.

CMC. Defendida a importância dos catadores de recicláveis. Notícias do Legislativo. 10.06.13. Disponível em: http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=20709. Acessado em: 21.11.13

Jornal O Estado de São Paulo. Planeta Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,meio-ambiente-e-preocupacao-para-94-dos-brasileiros-entrevistados-pelo-ibope-,868445,0.htm>. Acessada em: 24.11.13

CMC. Catadores deixam informalidade. Notícias do Legislativo. 13.08.13. Disponível em: <http://www.ipcc.org.br/noticia.aspx?idf=1634#.Uo49SydhLfM>. Acessado em: 21.11.13

CMC. Sistema de Proposições Legislativas. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoConsultaResultadoForm.do?pesquisa=catadores>. Acessado em 21.11.13